

Mundo



CONDENADO EM BANGLADESH

Vencedor do Nobel da Paz é detido

Muhammad Yunus foi declarado culpado, mas ativistas falam em perseguição



DISPUTA ENTRE PODERES

Suprema Corte invalida parte principal da reforma judicial de Benjamin Netanyahu

A Suprema Corte de Israel anunciou ontem a invalidação de um ponto-chave da polêmica reforma judicial do governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que levou a uma onda de manifestações no país no ano passado. Pela primeira vez, o tribunal, com o colegiado completo de 15 juizes, rejeitou com oito votos a lei, aprovada pelo Parlamento em julho, e que acabava com o poder da Corte de analisar a razoabilidade das decisões do governo.

A Suprema Corte também determinou que o tribunal tem autoridade para fazer a revisão judicial das leis ordinárias de Israel e para intervir em casos excepcionais nos quais o Knesset — o Parlamento israelense — tenha excedido sua autoridade legislativa.

A decisão antecipa um possível confronto entre a principal autoridade judicial e a coalizão governista — que reúne partidos de direita, extrema-direita e ultraortodoxos. Em um país com uma única Câmara no Parlamento, sem uma Constituição formal escrita e com um presidente em grande parte cerimonial, muitos defensores da democracia veem a Corte como o único baluarte contra o poder do governo.

MOMENTO QUESTIONADO

Após a decisão do tribunal, o Ministro da Justiça, Yoav Levin, visto por muitos como o arquiteto da reforma, acusou a Suprema Corte de "assumir para si todos os poderes" e criticou a decisão em meio à guerra entre Israel e Hamas em Gaza, que eclodiu após o ataque do grupo terrorista que deixou mais de 1.200 mortos em 7 de outubro. Em resposta, Israel vem realizando uma ampla ofensiva no enclave palestino, que já deixou mais de 21 mil mortos.



Revés. Benjamin Netanyahu durante reunião no Ministério da Defesa na véspera de Natal: governo crítico decisão da Corte em meio à guerra em Gaza



Onda de protestos. Manifestantes tomaram as ruas do país por 11 semanas consecutivas contra a reforma

— A decisão dos juizes da Suprema Corte de publicar seu parecer no meio de uma guerra é o oposto do espírito de unidade de que precisamos atualmente para que nossas tropas possam ter sucesso na frente de batalha — disse Levin. — Um Estado em que é impossível legislar, até mesmo uma lei

básica, ou tomar uma decisão no Knesset sem o acordo dos juizes da Suprema Corte tira a voz de milhões de cidadãos. O partido nacionalista

Likud, de Netanyahu, também criticou o momento da decisão: "Lamentável que a Suprema Corte tenha decidido publicar seu veredito sobre um debate social em Israel enquanto soldados da direita e da esquerda estão lutando e arriscando suas vidas", afirmou em nota.

VITÓRIA PARA A OPOSIÇÃO

Para a ex-presidente da Suprema Corte Esther Hayut, no entanto, o órgão deve proteger o projeto constitucional de Israel. Em texto publicado pelo jornal israelense Haaretz, Hayut justificou o momento da decisão afirmando que, mesmo durante a guerra, "o tribunal deve cumprir seu papel e decidir sobre as questões apresentadas a ele".

Para os críticos da reforma, esta é uma vitória há muito esperada. Yair Lapid, o líder

da oposição no Knesset, saudou o tribunal por "cumprir fielmente seu dever de proteger o povo de Israel".

"Apoiamos a independência da Suprema Corte, respeitamos sua decisão e proclamamos todos a se absterem da divisão e do ódio", disse o "Brothers in Arms", grupo formado por soldados da reserva. "Depois de 7 de outubro, Israel não pode voltar à divisão e aos abismos entre partes da nação".

Para o governo de coalizão, a reforma, ao fortalecer o poder dos deputados sobre os juizes, busca corrigir um suposto desequilíbrio. Os opositores, por outro lado, acusam Netanyahu, que está sendo julgado por corrupção, de querer usar a lei como um mecanismo para amenizar uma possível condenação contra ele, o que o político nega.

IMPASSE IDEOLÓGICO

A reforma judicial foi anunciada em janeiro de 2023 e provocou um amplo movimento de protesto. Por vários meses, manifestantes tomaram o aeroporto internacional perto de Tel Aviv, reuniram-se do lado de fora das casas dos ministros e entraram no mar para bloquear o porto de Haifa. Em julho, armaram tendas perto do Knesset.

A disputa faz parte de um impasse ideológico mais amplo entre Netanyahu, apoiado por colonos que querem transformar Israel em um Estado mais religioso e nacionalista, e seus oponentes, que têm uma visão mais pluralista do país. A coalizão governista diz que o tribunal tem agido com muita frequência contra os interesses da direita, inclusive impedindo algumas construções de assentamentos israelenses na Cisjordânia ocupada ou derrubando privilégios concedidos aos judeus ultraortodoxos, como a isenção do serviço militar obrigatório.

Exército anuncia planos para retirar parte das tropas de Gaza

Decisão vem após pressão dos EUA; autoridades citam impacto econômico

AARON ROSEMAN
Do New York Times
Arquivo

O Exército de Israel anunciou ontem que vai começar a retirar milhares de soldados que estão na Faixa de Gaza, ao menos temporariamente, no que seria o maior recuo anunciado publicamente desde o início da guerra, em outubro.

Os militares citaram o crescente impacto sobre a economia israelense depois de três meses de uma guerra que não tem um fim à vista. Israel já vinha considerando reduzir

suas operações, e os EUA, seu maior aliado, pressionavam para que a decisão fosse tomada o quanto antes, em um momento em que o número de mortos em Gaza continua a subir. Mais de 21 mil pessoas foram mortas no enclave palestino desde outubro, de acordo com autoridades sanitárias locais. O número inclui mais de 150 mortes apenas nas últimas 24 horas.

Daniel Hagari, porta-voz dos militares, minimizou o anúncio e disse que a decisão de desmobilizar alguns soldados não indica qualquer mudança nas intenções de

Israel de continuar lutando, e não mencionou os pedidos dos EUA. O porta-voz também destacou que alguns dos soldados que retornarão serão chamados novamente no ano que vem para prestar serviço ao Exército.

Reservas de pelo menos duas brigadas começam a voltar para casa já esta semana, e três brigadas retornarão para treinamento — num total de até quatro mil soldados. Não há um número oficial de quantos militares estão em Gaza. "Essa movimentação deve aliviar de forma significativa os impactos econômicos



Nova fase da guerra. Exército de Israel durante operação em Gaza

e permitir que eles [tropas] ganhem força para atividades no próximo ano", disseram os militares em nota.

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, deve retornar para Israel no começo do mês para novas conversas sobre a guerra, segundo fontes do governo americano, após se reunir

com um assessor do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, na semana passada, ao lado de Jake Sullivan, o secretário de Segurança Nacional dos EUA. Os dois discutiram a transição para uma nova fase focando "em alvos de grande importância da Hamas".

A economia israelense de-

ve registrar retração de 2% no último trimestre de 2023, de acordo com o Centro Taub de Estudos de Políticas Sociais, um centro de estudos israelense. Segundo a instituição, muitos deixaram seus postos de trabalho para servir nas linhas de frente ou abandonaram negócios em suas cidades.

COMBATES CONTINUAM

Em Gaza, os quase três meses de guerra forçaram 85% dos dois milhões de habitantes a saírem de casa, de acordo com a ONU, e muitos estão nas cada vez menores zonas seguras no sul do território. Ontem, pouco depois da meia-noite, a Hamas assumiu a responsabilidade por um ataque com mísseis que empurrou centenas de pessoas para abrigos na região central de Israel. As tropas israelenses também atingiram alvos no norte e no centro de Gaza.